

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018	10
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	46
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	48
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	49
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.721.076
Preferenciais	0
Total	1.721.076
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	1.351.759	1.347.054
1.01	Ativo Circulante	31.614	15.334
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.644	7.086
1.01.03	Contas a Receber	8.130	6.513
1.01.03.01	Clientes	8.127	6.508
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	3	5
1.01.06	Tributos a Recuperar	815	570
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	815	570
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.621	771
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	404	394
1.01.08.03	Outros	404	394
1.02	Ativo Não Circulante	1.320.145	1.331.720
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	130.800	129.423
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	13.431	13.380
1.02.01.07	Tributos Diferidos	113.525	113.525
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	113.525	113.525
1.02.01.08	Despesas Antecipadas	1.555	703
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	2.289	1.815
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	2.289	1.711
1.02.01.10.04	Diferidos	0	104
1.02.03	Imobilizado	4.683	2.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	2.082	2.437
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	2.601	0
1.02.04	Intangível	1.184.662	1.199.860
1.02.04.01	Intangíveis	1.184.662	1.199.860
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.184.662	1.199.860

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	1.351.759	1.347.054
2.01	Passivo Circulante	108.623	94.241
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	3.540	3.551
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.540	3.551
2.01.02	Fornecedores	16.261	14.067
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	16.261	14.067
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.339	2.726
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.092	1.413
2.01.03.01.02	IRRF	64	59
2.01.03.01.03	PIS	98	150
2.01.03.01.04	COFINS	451	753
2.01.03.01.05	Tributos Federais Retidos	479	451
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.247	1.313
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	52.445	44.375
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	40.887	42.702
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	40.887	42.702
2.01.04.02	Debêntures	11.558	1.673
2.01.05	Outras Obrigações	8.662	8.403
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.000	706
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	124	132
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	876	574
2.01.05.02	Outros	7.662	7.697
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	4.759	5.145
2.01.05.02.05	Taxa de Fiscalização	293	286
2.01.05.02.07	Outras Contas a Pagar	1.211	2.266
2.01.05.02.08	Arrendamento Mercantil a pagar (IFRS16)	1.399	0
2.01.06	Provisões	25.376	21.119
2.01.06.02	Outras Provisões	25.376	21.119
2.01.06.02.05	Provisão para Manutenção em Rodovia	25.376	21.119
2.02	Passivo Não Circulante	432.995	441.040
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	386.266	409.776
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	229.810	257.294
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	229.810	257.294
2.02.01.02	Debêntures	156.456	152.482
2.02.02	Outras Obrigações	14.020	0
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.705	0
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	12.705	0
2.02.02.02	Outros	1.315	0
2.02.02.02.04	Arrendamento Mercantil a pagar (IFRS16)	1.280	0
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	35	0
2.02.04	Provisões	32.709	31.264
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	12.028	13.288
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.084	1.859
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	349	411
2.02.04.01.05	Provisões Regulatórias	9.595	11.018
2.02.04.02	Outras Provisões	20.681	17.976

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovia	20.681	17.976
2.03	Patrimônio Líquido	810.141	811.773
2.03.01	Capital Social Realizado	1.086.534	1.033.034
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-276.393	-221.261

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	61.070	170.221	55.687	164.073
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-64.014	-183.234	-55.859	-179.881
3.03	Resultado Bruto	-2.944	-13.013	-172	-15.808
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-2.830	-8.029	-6.177	-19.203
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-2.868	-8.087	-6.270	-19.468
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-2.624	-7.290	-5.885	-18.316
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-244	-797	-385	-1.152
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	38	58	93	265
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-5.774	-21.042	-6.349	-35.011
3.06	Resultado Financeiro	-10.012	-34.090	-11.505	-33.347
3.06.01	Receitas Financeiras	465	1.200	637	1.532
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.477	-35.290	-12.142	-34.879
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-10.455	-35.268	0	0
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-22	-22	0	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-15.786	-55.132	-17.854	-68.358
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	0	6.023	23.142
3.08.02	Diferido	0	0	6.023	23.142
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-15.786	-55.132	-11.831	-45.216
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-15.786	-55.132	-11.831	-45.216
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,00960	-0,03340	-0,00770	-0,03060
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,00960	-0,03340	-0,00770	-0,03060

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2018 à 30/09/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	-15.786	-55.132	-11.831	-45.216
4.03	Resultado Abrangente do Período	-15.786	-55.132	-11.831	-45.216

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	47.744	24.190
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	72.449	56.280
6.01.01.01	Lucro Líquido do Período	-55.132	-45.216
6.01.01.03	Baixa de ativos permanentes	751	34
6.01.01.04	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	-23.142
6.01.01.06	Receita com aplicações financeiras vinculadas	-532	-383
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de empréstimos	18.306	21.229
6.01.01.08	Juros e variações monetárias sobre mútuos	242	0
6.01.01.09	Juros e variações monetárias de debêntures	12.605	11.050
6.01.01.10	Despesa/ (receita) financeira dos ajustes a valor presente	2.505	1.573
6.01.01.11	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-707	9.649
6.01.01.12	Constituição (reversão) de provisão para manutenção	27.370	20.614
6.01.01.13	Depreciações e amortizações	67.041	60.872
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-21.808	-32.090
6.01.02.01	Contas a receber	-1.619	-1.425
6.01.02.02	Contas a receber - partes relacionadas	2	16
6.01.02.04	Despesas antecipadas	-1.702	-421
6.01.02.05	Impostos a recuperar	50	796
6.01.02.06	Pagamento de juros	-18.250	-22.809
6.01.02.07	Outros créditos	-58	80
6.01.02.09	Depósitos judiciais	-578	-367
6.01.02.11	Fornecedores	1.892	982
6.01.02.12	Fornecedores - partes relacionadas	49	15
6.01.02.13	Cauções contratuais	406	-361
6.01.02.14	Obrigações sociais	-11	484
6.01.02.15	Obrigações fiscais	-618	103
6.01.02.16	Custo de transação - empréstimos	230	0
6.01.02.17	Outras contas a pagar	-1.055	-177
6.01.02.19	Taxa de fiscalização	7	0
6.01.02.20	Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	-553	-9.006
6.01.03	Outros	-2.897	0
6.01.03.01	Arrendamento mercantil pago (IFRS 16)	-2.897	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-69.847	-101.164
6.02.01	Aquisições de itens do ativo imobilizado	-58	-653
6.02.02	Aquisições de itens do intangível	-70.157	-92.737
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	-2.785	-1.718
6.02.05	Valor resgatado das aplicações vinculadas	2.971	886
6.02.06	Aplicação Financeira	182	-6.942
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	35.843	75.213
6.03.01	Risco Sacado - captação	8.211	21.344
6.03.02	Risco Sacado - pagamento	-11.602	-22.403
6.03.04	Captações de empréstimos - empresas ligadas	12.500	0
6.03.05	Pagamentos de empréstimos - principal	-26.766	-21.228
6.03.14	Aumento de capital	53.500	97.500

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	13.740	-1.761
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	5.378	7.361
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	19.118	5.600

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.033.034	0	0	-221.261	0	811.773
5.04	Transações de Capital com os Sócios	53.500	0	0	0	0	53.500
5.04.01	Aumentos de Capital	53.500	0	0	0	0	53.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-55.132	0	-55.132
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-55.132	0	-55.132
5.07	Saldos Finais	1.086.534	0	0	-276.393	0	810.141

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/09/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	916.534	0	0	-161.820	0	754.714
5.04	Transações de Capital com os Sócios	97.500	0	0	0	0	97.500
5.04.01	Aumentos de Capital	97.500	0	0	0	0	97.500
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-45.216	0	-45.216
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-45.216	0	-45.216
5.07	Saldos Finais	1.014.034	0	0	-207.036	0	806.998

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 30/09/2018
7.01	Receitas	181.859	174.667
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	134.399	118.252
7.01.02	Outras Receitas	594	779
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	46.866	55.636
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-110.866	-123.717
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-24.205	-25.370
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-7.046	-6.335
7.02.04	Outros	-79.615	-92.012
7.03	Valor Adicionado Bruto	70.993	50.950
7.04	Retenções	-67.041	-60.872
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-67.041	-60.872
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.952	-9.922
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.957	4.624
7.06.02	Receitas Financeiras	1.200	1.532
7.06.03	Outros	1.757	3.092
7.06.03.01	Juros Capitalizados	1.779	3.092
7.06.03.02	Outros	-22	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	6.909	-5.298
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	6.909	-5.298
7.08.01	Pessoal	13.283	14.155
7.08.01.01	Remuneração Direta	9.884	10.850
7.08.01.02	Benefícios	2.695	2.564
7.08.01.03	F.G.T.S.	704	741
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	11.569	-12.458
7.08.02.01	Federais	4.798	-18.408
7.08.02.03	Municipais	6.771	5.950
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	36.947	38.221
7.08.03.01	Juros	30.911	32.279
7.08.03.02	Aluguéis	130	589
7.08.03.03	Outras	5.906	5.353
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-54.890	-45.216
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	242	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-55.132	-45.216

Comentário do Desempenho



Rio Negro, 13 de novembro de 2019 – A Autopista Planalto Sul S.A., “Empresa” do Grupo Arteris S/A., comenta seu resultado relativo ao terceiro trimestre de 2019, período encerrado em 30 de setembro de 2019. As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado em contrário, são apresentadas em Reais, estão de acordo com a Legislação Societária e com os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os valores e informações não constantes no balanço patrimonial, demonstração dos resultados e notas explicativas, inseridas nas informações trimestrais não foram revisados pelos auditores independentes.

COMENTÁRIO DESEMPENHO OPERACIONAL E FINANCEIRO

Tráfego Pedagiado (Veículos Equivalentes):

- O tráfego pedagiado de veículos equivalentes no 3T19 foi de 7.065 milhões de veículos, 1,6% acima do realizado no 3T18. Já na comparação de nove meses houve um crescimento na ordem de 960 mil veículos, 4,9%. Historicamente, os fatores que exercem influência no desempenho do tráfego nas estradas concessionadas estão relacionados principalmente à evolução da atividade econômica brasileira, o que inclui os níveis de produção industrial, aumento ou redução da renda per capita, além de fatores regionais nas localidades onde estão situadas as rodovias.

Receita Operacional Bruta

- A receita Operacional Bruta da Empresa é composta por receitas de pedágio, receitas de obras e receitas acessórias. A receita bruta de pedágio registrou crescimento de 10,1% em relação a igual período do ano anterior, passando de R\$42 milhões no 3T18 para R\$46 milhões no 3T19. Por outro lado, a receita de nove meses apresentou um aumento de 13,7%, em relação ao mesmo período de 2018, passando de R\$118 milhões para R\$134 milhões. O acréscimo na receita se deve principalmente ao aumento da tarifa de pedágio ocorrido em 22 de dezembro de 2018, onde a tarifa básica de pedágio passou de R\$6,00 para R\$6,50, representando um acréscimo de 8,33%.
- A Empresa reconheceu Receita de Obras no valor de R\$19 milhões, sendo R\$1,6 milhões maior que o 3T18. No acumulado do ano ficaram em R\$46,9 milhões (redução de 16% em relação à 2018). O volume de obras é diretamente ligado ao cronograma, que previa menor volume de obras no trimestre atual em relação a igual período do ano anterior. A contrapartida desta receita, de igual montante, está demonstrada em Custo de Serviço de Construção, eliminando qualquer efeito sobre o resultado. Este ajuste foi realizado em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, representada pelo ICPC01.
- As receitas acessórias são oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio da rodovia concessionada. No 3T19 essas receitas registraram um montante de R\$170 mil, redução de 15% na comparação com o 3T18. Já no período de nove meses, o valor registrado foi R\$529 mil, 3% acima do registrado em 2018.

Custos e Despesas

- Os custos dos serviços prestados do 3T19 registraram redução de R\$211 mil se comparados ao 3T18. Essa redução se deve principalmente a menores custos com conservação da camada de revestimento vegetal e limpeza da faixa de domínio, menores custos com conservação de pavimento, redução dos custos com manutenções de equipamentos da rodovia. No período de

Comentário do Desempenho



nove meses, os custos dos serviços prestados totalizaram R\$42,4 milhões, uma redução de R\$1,1 milhões em comparação à 2018 que registrou R\$43,5 milhões.

- As despesas administrativas no 3T19 apresentaram redução de R\$3,1 milhões se comparados ao 3T18, devido principalmente a variações com contingências. No período de nove meses, as despesas administrativas totalizaram R\$6,8 milhões, uma redução de R\$10,7 milhões em comparação ao mesmo período de 2018 que registrou R\$17,5 milhões. De acordo com ICPC01, no 3T19 a Empresa apurou custos de serviços de construção de R\$19 milhões, representando acréscimo de R\$1,6 milhões, 9% se comparado com o 3T18. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras.
- A provisão para manutenção no 3T19 aumentou R\$4,9 milhões em relação ao 3T18. Essa variação se deve a revisão no cronograma de obras do contrato de concessão no período. Esse custo equivale ao valor registrado em receitas de obras. No período de nove meses, a provisão para manutenção totalizou R\$27,4 milhões, um aumento de R\$6,8 milhões em comparação à 2018, que registrou R\$20,6 milhões.

EBITDA e EBITDA Ajustado

- O EBITDA da Empresa encerrou o 3T19 em R\$16,6 milhões, 15,8% de aumento frente aos R\$14,4 milhões registrados no 3T18, principal reflexo se deve ao aumento da tarifa de pedágio e o crescimento ascendente do tráfego.
- O EBITDA ajustado, excluindo os efeitos das provisões de manutenção em rodovia, resultantes da adoção do ICPC01, encerrou o 3T19 R\$7,2 milhões maior em relação ao 3T18, refletindo o pagamento de processos regulatórios ocorrido no ano anterior e aumento da receita de pedágio. No acumulado do ano, o valor registrado atingiu R\$73,4 milhões, aumento de 58% em comparação à 2018. Esse acréscimo é resultado da variação da provisão de manutenção e aumento da receita de pedágio.
- O EBITDA contempla a provisão para manutenção de rodovias, registrada em função da adoção do ICPC 01. O EBITDA Ajustado exclui os efeitos desta provisão.

Resultado Financeiro

- No 3T19 o resultado financeiro fechou 13% menor na comparação com o 3T18. Essa variação se deve a redução das taxas de juros e indexadores dos contratos de empréstimos, tais como TJLP para empréstimo BNDES e IPCA para Segunda Emissão de Debêntures.

Prejuízo

- No 3T19 a Empresa apurou prejuízo de R\$15,8 milhões ante prejuízo de R\$11,8 milhões no 3T18. O aumento do prejuízo está relacionado principalmente aos impostos diferidos não constituídos. No acumulado do ano, o prejuízo registrado foi de R\$55,1 milhões, contra um prejuízo de R\$45,2 milhões em 2018.

Endividamento

- A Empresa encerrou o 3T19 com endividamento bruto de terceiros de R\$439,5 milhões, apresentando redução de 4% se comparado ao 3T18, devido às amortizações ocorridas nos últimos 12 meses e redução das taxas de juros. O endividamento líquido no 3T19 reduziu R\$26,3 milhões em relação ao 3T18.

Comentário do Desempenho



Investimentos

- No 3T19 foram investidos R\$17,5 milhões em obras para cumprimento do contrato de concessão.

Os principais investimentos do período foram os seguintes:

- (i) Pavimento;
- (ii) Sinalização horizontal;
- (iii) Elementos de proteção e segurança;
- (iv) Sistemas de drenagem e obras de arte correntes;
- (v) Manutenção de terraplenos e estruturas de contenção;
- (vi) Implantação de terceiras faixas em SC.

Comentário do Desempenho



ANEXO 1 – TABELA DRE

Veículos Equivalentes	3T19	2T19	3T18	Var% 3T19/2T19	Var% 3T19/3T18	9M19	9M18	9M19/9M18	Var%
Planalto Sul	7.065	6.892	6.952	2,5%	1,6%	20.674	19.708		4,9%
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS (em R\$ Mil)									
	3T19	2T19	3T18	Var% 3T19/2T19	Var% 3T19/3T18	9M19	9M18	9M19/9M18	Var%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	65.075	59.934	59.324	8,6%	9,7%	181.794	174.400		4,2%
Receitas de pedágio	45.925	44.804	41.712	2,5%	10,1%	134.399	118.252		13,7%
Receitas de obras	18.980	14.957	17.412	26,9%	9,0%	46.866	55.636		-15,8%
Receitas acessórias	170	173	200	-1,7%	-15,0%	529	512		3,3%
DEDUÇÕES DA RECEITA	(4.005)	(3.890)	(3.637)	3,0%	10,1%	(11.573)	(10.327)		12,1%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	61.070	56.044	55.687	9,0%	9,7%	170.221	164.073		3,7%
CUSTOS E DESPESAS	(44.414)	(38.541)	(41.306)	15,2%	7,5%	(124.222)	(138.212)		-10,1%
Custos dos serv. prestados (excl. amortização e depreciação)	(14.813)	(14.109)	(15.024)	5,0%	-1,4%	(42.396)	(43.524)		-2,6%
Custo dos serv. de construção	(18.980)	(14.957)	(17.412)	26,9%	9,0%	(46.866)	(55.636)		-15,8%
Despesas administrativas (excl. amortização e depreciação)	(2.492)	(1.058)	(5.617)	135,5%	-55,6%	(6.851)	(17.551)		-61,0%
Remuneração da administração	(244)	(152)	(385)	60,5%	-36,6%	(797)	(1.152)		-30,8%
Despesas tributárias	-	-	-	-	-	-	-		-
Provisão para manutenção em rodovias	(7.923)	(8.281)	(2.961)	-4,3%	167,6%	(27.370)	(20.614)		32,8%
Outras receitas operacionais, líquidas	38	16	93	137,5%	-59,1%	58	265		-78,1%
EBITDA¹	16.656	17.503	14.381	-4,8%	15,8%	45.999	25.861		77,9%
Margem EBITDA	39,6%	42,6%	25,8%			37,3%	23,8%		
DEPRECIações E AMORTIZAÇÕES	(22.430)	(22.316)	(20.730)	0,5%	8,2%	(67.041)	(60.872)		10,1%
Depreciação de imobilizado	(133)	(137)	(138)	-2,9%	-3,6%	(404)	(378)		6,9%
Amortização do intangível	(21.299)	(21.139)	(20.149)	0,8%	5,7%	(63.428)	(59.165)		7,2%
Amortização do diferido	-	-	(443)	-	-	(104)	(1.329)		-92,2%
Amortização do direito de uso	(998)	(1.040)	-	-4,0%	-	(3.105)	-		-
RESULTADO FINANCEIRO	(10.012)	(11.410)	(11.505)	-12,3%	-13,0%	(34.090)	(33.347)		2,2%
Receitas financeiras	465	482	637	-3,5%	-27,0%	1.200	1.532		-21,7%
Despesas financeiras	(10.477)	(11.892)	(12.142)	-11,9%	-13,7%	(35.290)	(34.879)		1,2%
LUCRO ANTES DOS EFETOS TRIBUTÁRIOS	(15.786)	(16.223)	(17.854)	-2,7%	-11,6%	(55.132)	(68.358)		-19,3%
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	6.023	-	-	-	23.142		-
Corrente	-	-	-	-	-	-	-		-
Diferido	-	-	6.023	-	-	-	23.142		-
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	(15.786)	(16.223)	(11.831)	-2,7%	33,4%	(55.132)	(45.216)		21,9%
EBITDA AJUSTADO (em R\$ Mil)									
	3T19	2T19	3T18	Var% 3T19/2T19	Var% 3T19/3T18	9M19	9M18	9M19/9M18	Var%
EBITDA¹	16.656	17.503	14.381	-4,8%	15,8%	45.999	11.480		300,7%
(+) Provisão para manutenção de rodovias	7.923	8.281	2.961	-4,3%	167,6%	27.370	17.653		55,0%
EBITDA Ajustado²	24.579	25.784	17.342	-4,7%	41,7%	73.369	29.133		151,8%

1) EBITDA (Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras Companhias.

2) Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil CPC 09). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

A Autopista Planalto Sul S.A. é uma empresa controlada pela Arteris S.A., sociedade de capital aberto registrada na CVM. Para maiores informações sobre o Grupo, consultar os [websites ri.arteris.com.br](http://ri.arteris.com.br) e www.cvm.gov.br (neste, acessar em “acesso rápido”, o item “ITR, DFP, IAN, FC, FR e outras informações”).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Informações Contábeis Intermediárias
para o Trimestre Findo em 30 de
setembro de 2019 e Relatório do
Auditor Independente.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores
Independentes

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

AUTOPISTA PLANALTO SUL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS REFERENTES AO TRIMESTRE E PERÍODO DE SEIS MESES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019
(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, Brasil, situada na Avenida Afonso Petschow, 4040 bairro Industrial. Constituída em 19 de dezembro de 2007, sua controladora e "holding" é a Arteris S.A. A Sociedade tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ("ANTT" ou "Poder Concedente"), sob a forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 30 de setembro de 2019 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$77.005 (R\$78.907 em 31 de dezembro de 2018).

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo são adequados para fazer face às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos classificados no circulante, e manutenção de nível de alavancagem adequado às suas obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, por meio da evolução do tráfego pedagiado e dos reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado por financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais por meio da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários. A Administração acredita que a Sociedade possui condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 não ocorreram mudanças no contexto operacional em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

A emissão das informações contábeis intermediárias da Sociedade foi aprovada pela Diretoria em 13 de novembro de 2019.

2. CONCESSÕES

No trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2019 não ocorreram mudanças no contrato de concessão em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, exceto pelo mencionado abaixo:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

O valor anual, a título de verba de fiscalização, é de R\$1.846. A partir de 30 de setembro de 2019 até o final do período de concessão, a Sociedade deverá recolher o montante de R\$26.613 a valor nominal, corrigido pelo IPCA conforme determinado no contrato de concessão.

A Sociedade estima, em 30 de setembro de 2019, o montante de R\$64.696 (R\$91.716 em 31 de dezembro de 2018) referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, e de R\$275.976 (R\$265.277 em 31 de dezembro de 2018) referente a recuperações e manutenções, a valores atuais, para cumprir com as obrigações até o final do contrato de concessão.

A Sociedade vem negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 30 de setembro de 2019, estas obras estão estimadas em R\$21.973 (37.430 em 31 de dezembro de 2018) as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente revisados.

A Sociedade continua com as negociações para firmar nos próximos meses Termo de Ajuste de Conduta - TAC, com a ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela ANTT, desde o início da concessão.

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e também de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demais informações relativas à: base de mensuração; moeda funcional e moeda de apresentação; uso de estimativa e julgamento, estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, aprovadas em 27 de fevereiro de 2019 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações contábeis intermediárias estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações contábeis intermediárias, exceto pela adoção de novos pronunciamentos contábeis conforme mencionado abaixo:

Adoção inicial do CPC 06 (R2) / IFRS 16 – Arrendamento mercantil

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019 a IFRS 16, refletida no CPC 06 (R2) – Operações de arrendamento mercantil, fornece um modelo abrangente para a identificação de contratos de arrendamento e seu tratamento nas demonstrações financeiras de arrendatários e arrendadores. Objetiva fornecer a base para que os usuários

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

das demonstrações financeiras possam avaliar o efeito dos arrendamentos sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa das empresas.

A Sociedade aplicou a IFRS 16 utilizando o método retrospectivo modificado e as informações contábeis comparativas abrangendo esse tema não foram reapresentadas.

Todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019, com possibilidade de conter um arrendamento, nos termos descritos na norma, foram objeto de avaliação pela Sociedade.

Na aplicação da norma, os seguintes requisitos são avaliados:

- A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Sociedade.
- A Sociedade tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual.
- A Sociedade tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato.

Mensuração e reconhecimento dos contratos na arrendatária

Na data de início do arrendamento, a Sociedade reconhece no seu balanço patrimonial um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento. Os arrendatários deverão reconhecer separadamente a despesa de juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação sobre o ativo de direito de uso.

O ativo de direito de uso é mensurado pelo custo, que é composto pelo valor inicial de mensuração do passivo de arrendamento, abrangendo quaisquer custos diretos iniciais incorridos pela Sociedade, assim como uma estimativa de custos para desmontar e remover o ativo ao final do arrendamento, e quaisquer pagamentos de arrendamento feitos antes da data do seu início, calculados a valor presente.

A Sociedade deprecia os ativos de direito de uso em bases lineares, a partir da data de início do arrendamento, até o final da vida útil do ativo do direito de uso, ou até o término do prazo do arrendamento.

Na data de início, a Sociedade mensura o passivo de arrendamento pelo método de fluxo de caixa descontado, considerando as datas que se estima a saída de recursos para fazer frente as respectivas obrigações (estimado para todo o período do contrato de arrendamento), e descontada por meio de aplicação da taxa de 8,42%a.a. A Administração revisará a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela administração tem como base a taxa de crédito da companhia excluído os financiamentos do BNDES.

Após a mensuração inicial, o passivo de arrendamento é atualizado monetariamente e baixado pelos respectivos pagamentos. No caso de reavaliação ou modificação, ou se houver mudanças substanciais em pagamentos fixos, pode ser necessário um recálculo para refletir o evento ocorrido. Quando o passivo é remensurado, o ajuste correspondente é atribuído ao ativo de direito de uso, ou, caso este já esteja reduzido a zero, lançado no resultado.

A Sociedade optou por não reconhecer arrendamentos de curto prazo (de até 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (de até R\$5), utilizando, portanto, as isenções previstas na norma. Para esses casos, os contratos são contabilizados como despesas operacionais, diretamente no resultado do período, observando o regime de competência dos exercícios ao longo do prazo do arrendamento.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Para fins de controle e reconhecimento dos ativos de direito de uso e respectivo passivo de arrendamento, a Sociedade optou por criar novos grupos patrimoniais e novas rubricas contábeis, visando demonstrar os valores de forma segregada dos demais ativos e passivos, bem como evidenciar os efeitos nas rubricas do resultado.

Política contábil aplicável antes de 1º de janeiro de 2019

Anteriormente à entrada em vigor da IFRS 16, os casos de arrendamento mercantil eram avaliados pela Sociedade sob os conceitos de arrendamento financeiro e arrendamento operacional, visando ao correto enquadramento para o reconhecimento contábil.

Arrendamento financeiro

Eram considerados financeiros os arrendamentos cujos contratos previam a transferência substancial de todos os riscos e benefícios inerentes ao ativo arrendado. Nesse caso, também eram levados em conta o prazo do arrendamento mercantil em relação à vida útil econômica do ativo, a relação do valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento com o valor justo do ativo, bem como a previsão de a Sociedade obter a propriedade do ativo no final do contrato.

Arrendamento operacional

Todos os arrendamentos não revestidos das características do arrendamento financeiro eram classificados como arrendamentos operacionais. Como arrendatária, os pagamentos realizados pela Sociedade, relativos a esses contratos, eram reconhecidos como despesa do período, pelo método linear no prazo de vigência do arrendamento.

Os principais impactos decorrentes da aplicação inicial estão demonstrados abaixo:

i) Os impactos da adoção do CPC 06 (R2) / IFRS 16 no balanço patrimonial:

	Valores antes da adoção do CPC 06	Ajuste CPC 06	Valores após a adoção do CPC 06 em 01.01.2019
Ativo			
Circulante	15.334	-	15.334
Não circulante	1.331.720	4.483	1.336.203
Direito de uso - IFRS 16	-	4.483	4.483
	<u>1.347.054</u>	<u>4.483</u>	<u>1.351.537</u>
Passivo			
Circulante	94.241	2.279	96.520
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	2.279	2.279
Não circulante	441.040	2.204	443.244
Arrendamento mercantil a pagar - IFRS 16	-	2.204	2.204
Patrimônio líquido	811.773	-	811.773
	<u>1.347.054</u>	<u>4.483</u>	<u>1.351.537</u>

ICPC 22 (IFRS23) - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Em vigor para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, a IFRIC 23 descreve como determinar a posição fiscal e contábil quando houver incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. A interpretação requer que a entidade determine se posições fiscais incertas são avaliadas separadamente ou como um grupo e avalie se é provável que a autoridade fiscal aceite a utilização de tratamento fiscal incerto, ou proposta de utilização, por uma entidade nas suas declarações de imposto de renda. A sociedade entende que não há incertezas quanto ao tratamento dado em relação aos tributos sobre o lucro."

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A Sociedade, objetivando a melhor apresentação de seus investimentos em "Fundos de Investimentos", anteriormente apresentados na rubrica de "Caixa e equivalente de caixa", entendeu que deve ser mais adequadamente classificado na rubrica de "Aplicações Financeiras" todo e qualquer título de investimento diferente de "LFT e CDB", sendo estes "Letra Financeira, NTN, LTN e, outros". Esta alocação reflete de forma mais acurada no que diz o "CPC 03 (R2)" e "CVM OFÍCIO-CIRCULAR/CVM/SNC/SEP/n.º 01/2019) – Item 10: Equivalente de caixa – LFT's" e propicia uma melhor apresentação quanto a sua posição de investimentos, adotando, portanto, uma mudança em sua política contábil anteriormente adotada.

Em atendimento as orientações do CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a Sociedade alterou sua política contábil anteriormente adotada por uma política contábil que melhor reflete sua posição de investimentos da Sociedade (pelos argumentos acima mencionados e em linha com o parágrafo 14 item "(b)" do respectivo CPC anteriormente mencionado) e, portanto, procedeu as reclassificações de forma retrospectiva em suas informações correspondentes apresentadas para fins comparativos, em relação à aquelas originalmente emitidas.

Para fins comparativos às informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, o impacto se dará da seguinte forma:

- Reapresentação nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa – Balanço Patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, originalmente emitido em 27 de fevereiro de 2019.

Balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018

	Originalmente Apresentada 31.12.2018	Reclassificação	Reapresentado 31.12.2018
ATIVOS			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	7.086	(1.708)	5.378
Aplicação Financeiras	-	1.708	1.708
Contas a receber	6.508	-	6.508
Contas a receber - partes relacionadas	5	-	5
Despesas antecipadas	771	-	771
Impostos a recuperar	570	-	570
Adiantamentos a fornecedor	226	-	226
Outros créditos	168	-	168
Total dos ativos circulantes	15.334	-	15.334
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	13.380	-	13.380
Despesas antecipadas	703	-	703
Imposto de renda e contribuição social diferidos	113.525	-	113.525
Depósitos judiciais	1.711	-	1.711
Imobilizado	2.437	-	2.437
Intangível	1.199.860	-	1.199.860
Diferido	104	-	104
Total dos ativos não circulantes	1.331.720	-	1.331.720
TOTAL DOS ATIVOS	1.347.054	-	1.347.054

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Balço patrimonial de 1 de janeiro de 2018

	Originalmente Apresentada 01.01.2018	Reclassificação	Reapresentado 01.01.2018
ATIVOS			
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	7.361	(3.779)	3.582
Aplicações financeiras	-	3.779	3.779
Contas a receber	6.121	-	6.121
Contas a receber - partes relacionadas	16	-	16
Impostos a recuperar	1.515	-	1.515
Despesas antecipadas	859	-	859
Outros créditos	513	-	513
Total dos ativos circulantes	16.385	-	16.385
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras vinculadas	12.456	-	12.456
Despesas antecipadas	613	-	613
Imposto de renda e contribuição social diferidos	85.854	-	85.854
Depósitos judiciais	915	-	915
Imobilizado	2.153	-	2.153
Intangível	1.189.400	-	1.189.400
Diferido	1.877	-	1.877
Total dos ativos não circulantes	1.293.268	-	1.293.268
TOTAL DOS ATIVOS	1.309.653	-	1.309.653

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- Reapresentação nas informações contábeis intermediárias do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019 referente ao saldo de Caixa e Equivalente de Caixa - Demonstração do Fluxo de Caixa do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, originalmente emitido em 14 de novembro de 2018.

	Originalmente Apresentada 30.09.2018	Reclassificação	Reapresentado 30.09.2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	(45.216)	-	(45.216)
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	60.872	-	60.872
Baixa de ativos permanentes	34	-	34
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(23.142)	-	(23.142)
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(383)	-	(383)
Juros e variações monetárias de empréstimos	21.229	-	21.229
Juros e variações monetárias de debêntures	11.050	-	11.050
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	1.573	-	1.573
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	9.649	-	9.649
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	20.614	-	20.614
Equivalência patrimonial	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-
 Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(1.425)	-	(1.425)
Contas a receber - partes relacionadas	16	-	16
Despesas antecipadas	(421)	-	(421)
Impostos a recuperar	796	-	796
Outros créditos	80	-	80
Depósitos judiciais	(367)	-	(367)
 Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	982	-	982
Fornecedores - partes relacionadas	15	-	15
Cauções contratuais de fornecedores	(361)	-	(361)
Obrigações sociais	484	-	484
Obrigações fiscais	103	-	103
Outras contas a pagar	(177)	-	(177)
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(9.006)	-	(9.006)
Pagamento de juros	(22.809)	-	(22.809)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	<u>24.190</u>	<u>-</u>	<u>24.190</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisições de itens do ativo imobilizado	(805)	-	(805)
Aquisições de itens do intangível	(92.585)	-	(92.585)
Aplicação financeira vinculada	(1.718)	-	(1.718)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	886	-	886
Aplicação Financeira	-	(6.942)	(6.942)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(94.222)</u>	<u>(6.942)</u>	<u>(101.164)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos e financiamentos:			
Risco sacado	(1.059)	-	(1.059)
Pagamentos	(21.228)	-	(21.228)
Aumento de Capital	97.500	-	97.500
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	<u>75.213</u>	<u>-</u>	<u>75.213</u>
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>5.181</u>	<u>(6.942)</u>	<u>(1.761)</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	<u>7.361</u>	<u>-</u>	<u>7.361</u>
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u><u>12.542</u></u>	<u><u>(6.942)</u></u>	<u><u>5.600</u></u>

As reclassificações efetuadas não alteram o total dos ativos, o patrimônio líquido e o lucro líquido, bem como não impactam covenants.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Caixa e equivalentes de caixa</u>		Reapresentado
Caixa e contas bancárias	1.760	1.445
Fundos de investimentos (*)	17.358	3.933
Total	<u>19.118</u>	<u>5.378</u>
	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Aplicações financeiras</u>		Reapresentado
Fundos de investimentos (**)	1.526	1.708
Total	<u>1.526</u>	<u>1.708</u>

* Cotas lastreadas em CDB, compromissadas, LFT e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

** Cotas lastreadas em NTN-B, NTN-F, LTN, LF e cotas de outros fundos de investimento lastreados por esses.

Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente a, na média, 99,1% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98,35% em 31 de dezembro de 2018). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade e de suas controladas.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representados por:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Pedágio eletrônico a receber (*)	7.373	5.962
Cupons de pedágio a receber	293	322
Cartões de pedágio a receber	126	88
Receitas acessórias a receber	274	121
Outras receitas a receber	61	15
Total	<u>8.127</u>	<u>6.508</u>

(*) Conforme nota explicativa nº 27.c.

A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro 2018. O prazo médio de vencimento é de 30 dias.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social**

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é como segue:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(15.786)	(55.132)	(17.854)	(68.358)
Alíquota vigente	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	5.367	18.745	6.070	23.242
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Outras diferenças permanentes	(202)	(202)	(47)	(100)
Total	5.165	18.543	6.023	23.142
Impostos diferidos não constituídos	5.165	18.543	-	-
Imposto Contabilizado	-	-	6.023	23.142
Créditos de imposto de renda e contribuição social:				
Diferido	-	-	6.023	23.142
	-	-	6.023	23.142

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
	30.09.2019	31.12.2018
<u>Não circulante</u>		
<u>Diferenças temporárias ativas</u>		
Prejuízo fiscal (a)	353.204	304.765
Provisão de participação nos lucros	818	1.293
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	12.028	13.288
Outras provisões	537	693
Provisão para manutenção de rodovias	46.057	39.095
Arrendamentos - IFRS 16	78	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	412.722	359.134
Alíquota nominal	34%	34%
Total	140.325	122.106
<u>Diferenças temporárias passivas</u>		
Ajuste dos encargos financeiros (confirming)	(12)	(58)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14		
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas (c)	(25.143)	(25.143)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	6.445	5.525
Estorno de capitalização de juros	66	66
Amortização estorno de capitalização de juros	(23)	(11)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(18.667)	(19.621)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	(6.347)	(6.671)
Total do imposto de renda e contribuição social	133.978	115.435
Impostos diferidos não constituídos	20.453	1.910
Total do imposto de renda e contribuição social	113.525	113.525

a) Refere-se ao prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, suportados por projeções de resultados tributáveis futuros.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

- b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- c) A partir de 1º de janeiro de 2015 a Sociedade congelou os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis, adotando a Lei no 12.973/14. Dessa forma, passou a amortizar linearmente o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se em previsões de sua Administração; portanto, são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, se dará a partir de 2024.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade mantém aplicações financeiras vinculadas no ativo não circulante para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir breve descrição dessas obrigações:

BNDES

A Sociedade deve depositar em conta de pagamento de instituição financeira 50% da arrecadação das praças de pedágio até 31 de dezembro de 2017. A partir de 1º de janeiro de 2018 esse percentual passou para 49% e permanecerá até 31 de dezembro de 2020. A partir de 1º de janeiro de 2021 passará para 53%. Esses recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta de reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

A Sociedade deve manter depositada em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento com o BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Esse valor será sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais.

Em 30 de setembro de 2019 o saldo é de R\$13.431 (R\$13.380 em 31 de dezembro de 2018), aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,80% da variação do CDI.

9. DIREITO DE USO

Os principais impactos decorrentes da adoção inicial do IFRS 16 estão demonstrados abaixo:

	Guinchos (a)	Atendimento pré-hospitalar (b)	Veículos (c)	Veículos operacionais (d)	Computadores e periféricos (e)	Imóveis (f)	Outros (g)	Total
Custo direito de uso								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Adições	1.833	2.364	455	450	193	232	179	5.706
Saldo em 30.09.2019	<u>1.833</u>	<u>2.364</u>	<u>455</u>	<u>450</u>	<u>193</u>	<u>232</u>	<u>179</u>	<u>5.706</u>
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	(1.833)	(591)	(228)	(123)	(113)	(83)	(134)	(3.105)
Saldo em 30.09.2019	<u>(1.833)</u>	<u>(591)</u>	<u>(228)</u>	<u>(123)</u>	<u>(113)</u>	<u>(83)</u>	<u>(134)</u>	<u>(3.105)</u>
Direito de uso líquido								
Saldo em 31.12.2018	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2019	-	1.773	227	327	80	149	45	2.601
Taxas de amortização - a.a.	100%	33%	67%	36%	78%	48%	100%	

- (a) Refere-se a locação de guinchos para operação na rodovia.
- (b) Refere-se a locação de ambulâncias para atendimento pré-hospitalar.
- (c) Refere-se a veículos administrativos.
- (d) Refere-se a veículos para inspeção de tráfego e outras atividades operacionais.
- (e) Refere-se a locação de computadores e impressoras.
- (f) Refere-se a locação de sedes administrativas, pedreiras e terrenos.
- (g) Refere-se a locação de cofre.

10. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2018	471	1.261	606	955	1.273	73	107	4.746
Adições	13	24	-	-	19	-	2	58
Transferências/reclassificações	16	-	-	93	-	-	(109)	-
Alienações/baixas	(4)	(10)	-	-	-	-	-	(14)
Saldo em 30.09.2019	<u>496</u>	<u>1.275</u>	<u>606</u>	<u>1.048</u>	<u>1.292</u>	<u>73</u>	<u>-</u>	<u>4.790</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2018	(360)	(535)	(244)	(497)	(665)	(8)	-	(2.309)
Depreciações	(24)	(137)	(91)	(72)	(80)	-	-	(404)
Alienações/baixas	3	1	-	-	1	-	-	5
Saldo em 30.09.2019	<u>(381)</u>	<u>(671)</u>	<u>(335)</u>	<u>(569)</u>	<u>(744)</u>	<u>(8)</u>	<u>-</u>	<u>(2.708)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2018	111	726	362	458	608	65	107	2.437
Saldo em 30.09.2019	115	604	271	479	548	65	-	2.082
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Veículos	Instalações, edifícios e dependências	Máquinas e equipamentos	Outras imobilizações	Imobilizado em andamento	Total
<u>Custo do imobilizado</u>								
Saldo em 31.12.2017	473	546	606	955	1.268	73	25	3.946
Adições	2	715	-	-	8	-	80	805
Alienações/baixas	(4)	-	-	-	(3)	-	-	(7)
Saldo em 30.09.2018	<u>471</u>	<u>1.261</u>	<u>606</u>	<u>955</u>	<u>1.273</u>	<u>73</u>	<u>105</u>	<u>4.744</u>
<u>Depreciação acumulada</u>								
Saldo em 31.12.2017	(321)	(390)	(132)	(399)	(543)	(8)	-	(1.793)
Depreciações	(30)	(100)	(85)	(61)	(94)	(8)	-	(378)
Alienações/baixas	-	-	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2018	<u>(351)</u>	<u>(490)</u>	<u>(217)</u>	<u>(460)</u>	<u>(637)</u>	<u>(16)</u>	<u>-</u>	<u>(2.171)</u>
<u>Imobilizado líquido</u>								
Saldo em 31.12.2017	152	156	474	556	725	65	25	2.153
Saldo em 30.09.2018	120	771	389	495	636	57	105	2.573
Taxas de depreciação - a.a.	10%	20%	20%	10%	10%	20%		

11. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.463.867	1.244	16.968	-	1.482.079
Adições	28.756	182	19.893	141	48.972
Transferências/reclassificações	3.491	-	(3.491)	-	-
Alienações/baixas	(611)	-	-	(141)	(752)
Saldo em 30.09.2019	<u>1.495.503</u>	<u>1.426</u>	<u>33.370</u>	<u>-</u>	<u>1.530.299</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2018	(281.117)	(1.102)	-	-	(282.219)
Amortizações	(63.333)	(95)	-	-	(63.428)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	10	-	-	-	10
Saldo em 30.09.2019	<u>(344.440)</u>	<u>(1.197)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(345.637)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2018	1.182.750	142	16.968	-	1.199.860
Saldo em 30.09.2019	1.151.063	229	33.370	-	1.184.662
Taxas de amortização - a.a.	5,73%	20%			

	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Software	Intangível em andamento (b)	Adiantamento fornecedores	Total
<u>Custo do intangível</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.250.644	1.054	140.146	19	1.391.863
Adições	40.757	190	18.080	-	59.027
Transferências/reclassificações	139.831	-	(139.812)	(19)	-
Alienações/baixas	(11)	-	(16)	-	(27)
Saldo em 30.09.2018	<u>1.431.221</u>	<u>1.244</u>	<u>18.398</u>	<u>-</u>	<u>1.450.863</u>
<u>Amortização acumulada</u>					
Saldo em 31.12.2017	(201.651)	(812)	-	-	(202.463)
Amortizações	(58.958)	(207)	-	-	(59.165)
Transferências/reclassificações	-	-	-	-	-
Alienações/baixas	-	-	-	-	-
Saldo em 30.09.2018	<u>(260.609)</u>	<u>(1.019)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(261.628)</u>
<u>Intangível líquido</u>					
Saldo em 31.12.2017	1.048.993	242	140.146	19	1.189.400
Saldo em 30.09.2018	1.170.612	225	18.398	-	1.189.235
Taxas de amortização - a.a.	5,43%	20%			

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão.
- (b) Refere-se principalmente a obras de terceiras faixas.

No período findo em 30 de setembro de 2019, a Sociedade capitalizou o montante de R\$1.779 (R\$3.092 em 30 de setembro de 2018) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização em relação aos valores principais de dívidas, em 2019 foi de 0,45% ao ano (1,81% ao ano em 2018).

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado e concluiu que não há necessidade de constituição de provisão para impairment dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2018. Para o período findo em 30 de setembro de 2019 a Sociedade não identificou nenhum evento que levasse à necessidade de um novo teste no trimestre.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

12. DIFERIDO

É representado por:

	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
Gastos pré-operacionais:		
Pessoal/administradores	3.544	3.544
Consumo	981	981
Custos contratuais da concessão	3.246	3.246
Depreciações e amortizações	67	67
Conservação da rodovia	4.153	4.153
Serviços de terceiros	5.176	5.176
Tributários	1.207	1.207
Resultados financeiros	(869)	(869)
Outros gastos	327	327
	<u>17.832</u>	<u>17.832</u>
Amortização acumulada	<u>(17.832)</u>	<u>(17.728)</u>
	<u>-</u>	<u>104</u>

Refere-se a gastos pré-operacionais representados por estudos de viabilidade, reformas e obras nas faixas de domínio necessárias para equalização de necessidade de reparos emergenciais nas rodovias e serviços prestados de acordo com o estabelecido no contrato de concessão, incorridos até 31 de dezembro de 2008. Os gastos pré-operacionais são amortizados em dez anos, conforme a expectativa de retorno desses gastos pela Administração da Sociedade, de acordo com a Lei nº 11.941/09.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Moeda local	30.09.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	42.904	258.661	301.565	38.359	290.984	329.343
Captações/Renovações	8.211	-	8.211	28.563	-	28.563
Juros provisionados	18.910	-	18.910	28.466	-	28.466
Amortização de principal	(38.368)	-	(38.368)	(56.289)	-	(56.289)
Pagamento de juros	(18.250)	-	(18.250)	(28.485)	-	(28.485)
Transferência	27.484	(27.484)	-	32.323	(32.323)	-
AVP/Risco sacado	47	-	47	(33)	-	(33)
	<u>40.938</u>	<u>231.177</u>	<u>272.115</u>	<u>42.904</u>	<u>258.661</u>	<u>301.565</u>
Custo de transação	(51)	(1.367)	(1.418)	(202)	(1.367)	(1.569)
Saldo final	<u>40.887</u>	<u>229.810</u>	<u>270.697</u>	<u>42.702</u>	<u>257.294</u>	<u>299.996</u>

A composição dos empréstimos é como segue:

Modalidade	Taxa de juros efetiva	Vencimento	Garantia	30.09.2019	31.12.2018
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58%a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	207.523	228.249
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62%a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	39.726	42.379
Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações	23.042	25.746
Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	303	325
Risco Sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	1.521	4.866
				<u>272.115</u>	<u>301.565</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo de R\$1.521 (R\$4.866 em 31 de dezembro de 2018) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A. para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada "risco sacado". Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$12.000 e taxa média de 0,84% ao mês.

Em 30 de setembro de 2019 as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	30.601
2021	42.667
2022	46.076
2023	49.777
Após 2024	<u>62.056</u>
	<u>231.177</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. As principais são:

- 1) Não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$ICSD = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

- 2) Não apresentar saldo devedor que represente mais de 15% (quinze por cento) da Receita Bruta auferida no exercício anual anterior. Exclusivamente para o fim de verificação adotam-se as seguintes definições:

Receita Bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior.

Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas junto a terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos, estando excluídos desse cômputo os valores referentes:

- i) à contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação da Emissora;
- ii) aos mútuos concedidos à Emissora por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não esteja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI (Certificado

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

de Depósito Interbancário, divulgado pela CETIP) ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros do contrato de mútuo; e

- iii) ao saldo devedor referente ao crédito decorrente dos contratos de financiamento junto ao BNDES e dos demais contratos de financiamento cujo BNDES tenha autorizado previamente.

- 3) Manter uma relação mínima de 20% (vinte por cento) entre "Patrimônio Líquido" e "Passivo Total".

Em 30 de setembro de 2019 a Sociedade apresenta seu índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD (debêntures) abaixo de 1,3. No entanto, a Sociedade não realizou nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

A Sociedade está adimplente em relação às cláusulas restritivas na data das demonstrações contábeis.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. DEBÊNTURES

Os saldos e movimentações estão representados por:

Moeda local	30.09.2019			31.12.2018		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	1.807	153.289	155.096	270	144.288	144.558
Captações/Renovações	-	-	-	-	-	-
Juros provisionados	-	13.780	13.780	-	17.819	17.819
Imposto de renda retido sobre juros	-	-	-	-	-	-
Amortização de principal	-	-	-	-	-	-
Pagamento de juros	-	-	-	(7.281)	-	(7.281)
Transferência	9.888	(9.888)	-	8.818	(8.818)	-
	<u>11.695</u>	<u>157.181</u>	<u>168.876</u>	<u>1.807</u>	<u>153.289</u>	<u>155.096</u>
Custo de transação	(137)	(725)	(862)	(134)	(807)	(941)
Saldo final	<u>11.558</u>	<u>156.456</u>	<u>168.014</u>	<u>1.673</u>	<u>152.482</u>	<u>154.155</u>

A composição das debêntures é como segue:

Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	30.09.2019	31.12.2018
2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	168.876	155.096
				<u>168.876</u>	<u>155.096</u>

As debêntures foram subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

	<u>Data emissão</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Valor nominal unitário</u>	<u>Data integralização</u>	<u>Valor subscrito</u>
2ª Emissão - Série Única	15.12.2014	100.000	1.000	08.04.2015	106.845
		<u>100.000</u>			<u>106.845</u>

O valor justo das debêntures registradas no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures da 2ª emissão são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 30 de setembro de 2019, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	8.517
2021	15.588
2022	23.624
2023	32.302
Após 2024	<u>77.150</u>
	<u>157.181</u>

Em 30 de setembro de 2019 a Sociedade não apresenta desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15. FORNECEDORES E CAUÇÕES CONTRATUAIS

Em 30 de setembro de 2019, o saldo de R\$16.261 (R\$14.067 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R\$4.759 (R\$5.145 em 31 de dezembro de 2018) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços. Estes saldos estão relacionados predominantemente à concessão e incluem gastos com itens do imobilizado e execução de obras na rodovia.

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro.

Os saldos e as transações realizadas em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, com a controladora e partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

<u>Ativo circulante</u>	<u>30.09.2019</u>	<u>31.12.2018</u>
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	-	5
Régis Bittencourt S.A. (a)	2	-
Litoral Sul S.A. (a)	1	-
Total do ativo circulante	<u>3</u>	<u>5</u>
<u>Passivo circulante</u>		
<u>Controladora / Outras Partes Relacionadas</u>		
Contas a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (a)	876	574
Régis Bittencourt S.A. (a)	53	-
Litoral Sul S.A. (a)	1	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (b)	70	132
Total do passivo circulante	<u>1.000</u>	<u>706</u>
<u>Passivo não circulante</u>		
Debêntures a pagar:		
Arteris S.A. - controladora (c)	12.705	-
Total do passivo não circulante	<u>12.705</u>	<u>-</u>

	PERÍODO		
	30.09.2019		30.09.2018
<u>Contas de Resultado:</u>			
<u>Controladora</u>			
Arteris S.A.	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Despesas gerais (a)
Total	(242)	(2.551)	(1.746)
	<u>(242)</u>	<u>(2.551)</u>	<u>(1.746)</u>
	TRIMESTRE		
	30.09.2019		30.09.2018
<u>Contas de Resultado:</u>			
<u>Controladora</u>			
Arteris S.A.	Despesas financeiras (c)/(d)	Despesas gerais (a)	Despesas gerais (a)
Total	-	(1.467)	(934)
	<u>-</u>	<u>(1.467)</u>	<u>(934)</u>

- (a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da Holding, baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Refere-se a prestação de serviços direcionados à manutenção e conservação da malha rodoviária concedida para a Sociedade, definidos em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.
- (c) Decorrentes da 5ª emissão de debêntures série única não conversíveis em ações celebrado com a Arteris S.A para execução do plano de investimentos da Sociedade emitidas em 20 de maio de 2019. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescentado do spread respectivamente de 1% ao ano, com vencimento do principal e juros em 31 de dezembro de 2021.

Além das operações anteriormente mencionadas, a Latina Manutenção de Rodovias realizou obras nas rodovias, registradas no intangível da Sociedade em 30 de setembro de 2019 no

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

valor de R\$657 (R\$683 em 30 de setembro de 2018), em condições específicas entre as partes e com vencimento médio de 30 dias.

No decorrer do trimestre e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, a Sociedade reconheceu respectivamente o montante de R\$49 e R\$251 a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos, adicionado de R\$195 e R\$546 relativo ao rateio da "Holding", que totalizam respectivamente R\$244 e R\$797 (R\$386 e R\$1.222, em 30 de setembro de 2018), conforme proposta da Administração aprovada em ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos de até R\$700. Os administradores, não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos.

As transações com partes relacionadas são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

17. ARRENDAMENTO MERCANTIL A PAGAR

Estão compostos por:

	30.09.2019		
	Circulante	Não circulante	Total
Saldo inicial	-	-	-
Adições	3.641	2.065	5.706
Utilização	(3.268)	-	(3.268)
Ajuste a valor presente - AVP	241	-	241
Transferência	785	(785)	-
	<u>1.399</u>	<u>1.280</u>	<u>2.679</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2019, referentes aos arrendamentos realizados, foram de R\$2.897.

Em 30 de setembro de 2019, as parcelas de longo prazo relativas aos arrendamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2020	1.061
2021	<u>219</u>
	<u>1.280</u>

Em 30 de setembro de 2019, as despesas relativas a pagamentos não incluídos na mensuração dos passivos de arrendamentos é como segue:

	30.09.2019	
	Contratos com prazo inferior a 12 meses	Contratos de baixo valor (de até R\$5)
Veículos	-	-
Imóveis	25	-
	<u>25</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

18. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade concede a seus empregados Programa de Participação nos Resultados – PPR anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o PPR registrados em 30 de setembro de 2019 e dezembro de 2018, respectivamente, na rubrica “Obrigações sociais” são de R\$818 e R\$1.293.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade provê a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

19. PROVISÕESRiscos cíveis, trabalhistas e regulatórios

A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários da rodovia, bem como processos trabalhistas e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade.

A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	31.12.2018	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2019
Cíveis	411	548	-	(610)	349
Trabalhistas	1.859	1.071		(846)	2.084
Regulatório	11.018	-	(2.326)	903	9.595
Total	<u>13.288</u>	<u>1.619</u>	<u>(2.326)</u>	<u>(553)</u>	<u>12.028</u>
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	30.09.2018
Cíveis	459	185	(30)	(143)	471
Trabalhistas	554	1.547	(446)	(469)	1.186
Regulatório	11.019	8.393	-	(8.394)	11.018
Total	<u>12.032</u>	<u>10.125</u>	<u>(476)</u>	<u>(9.006)</u>	<u>12.675</u>

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A Sociedade é parte em processos regulatórios administrativos movidos pela ANTT. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 30 de setembro de 2019, a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável pelos seus assessores jurídicos totalizando R\$9.596 (R\$11.018 em 31 de dezembro de 2018). Existem ainda outros processos com a ANTT cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que sumarizam o montante de R\$37.172 (R\$18.760 em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos cíveis e trabalhistas ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos em 30 de setembro de 2019 representam o montante de R\$2.432 (R\$1.660 em 31 de dezembro de 2018).

Os depósitos judiciais no montante de R\$2.289 (R\$1.711 em 31 de dezembro de 2018), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R\$1.126 há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Esse saldo é composto em sua maioria por depósitos relacionados a autos de infrações impostos pela ANTT.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018 é conforme segue:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2018	21.119	17.976	39.095
Adições/Reversões	25.713	1.657	27.370
Utilizações	(22.625)	-	(22.625)
Ajuste a valor presente	1.169	1.048	2.217
Transferências	-	-	-
Saldo em 30.09.2019	<u>25.376</u>	<u>20.681</u>	<u>46.057</u>
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>	<u>Manutenção em rodovia</u>
Saldo em 31.12.2017	9.678	27.932	37.610
Adições/Reversões	-	20.614	20.614
Utilizações	(22.349)	-	(22.349)
Ajuste a valor presente	-	1.577	1.577
Transferências	<u>25.147</u>	<u>(25.147)</u>	-
Saldo em 30.09.2018	<u>12.476</u>	<u>24.976</u>	<u>37.452</u>

Os pagamentos efetuados no período findo em 30 de setembro de 2019 referentes às manutenções realizadas foram de R\$17.334 (R\$25.928 em 30 de setembro de 2018).

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**a) Capital social**

O capital social subscrito em 30 de setembro de 2019 é de R\$1.128.034, compostos por 1.721.076.003 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado é de R\$1.086.534 que representa 1.641.965.491 ações. O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2018 era de R\$1.034.034, compostos por 1.539.096.796 ações ordinárias e sem valor nominal, e o capital integralizado era de R\$1.033.034 que representava 1.537.281.914 ações. A Sociedade aprovou em Assembleia Geral os seguintes aumentos de capital conforme segue:

Data da integralização	Aprovação	Forma da integralização	Quantidade de ações emitidas	Valor Subscrito	Valor Integralizado
21.01.2019	AGE*	Dinheiro	-	-	1.000
21.01.2019	AGE**	Dinheiro	120.754.717	64.000	14.500
19.07.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	6.500
20.03.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	10.000
22.04.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	8.500
21.06.2019	AGE**	Dinheiro	-	-	1.500
19.07.2019	AGE***	Dinheiro	61.224.490	30.000	500
22.07.2019	AGE***	Dinheiro	-	-	7.500
20.08.2019	AGE***	Dinheiro	-	-	3.500
			<u>181.979.207</u>	<u>94.000</u>	<u>53.500</u>

(*) Integralização referente ao saldo do capital subscrito no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de maio de 2018.

(**) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 21 de janeiro de 2019.

(***) Subscrição de capital conforme ata de Assembleia Geral Extraordinária de 19 de julho de 2019.

Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:**Reserva legal e retenção de lucros**

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

21. RECEITAS

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receita de serviços prestados	45.925	134.399	41.712	118.252
Receita de serviços de construção	18.980	46.866	17.412	55.636
Outras receitas	170	529	200	512
Receita bruta	65.075	181.794	59.324	174.400
ISSQN	(2.311)	(6.750)	(2.094)	(5.935)
PIS	(299)	(856)	(277)	(783)
COFINS	(1.383)	(3.953)	(1.274)	(3.611)
Outras deduções	(12)	(14)	8	2
Receita líquida	61.070	170.221	55.687	164.073

22. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas:				
Com pessoal	(1.464)	(4.115)	(1.438)	(4.321)
Serviços de terceiros	(332)	(1.582)	(398)	(1.181)
Manutenção de bens e conservação	(142)	(423)	(160)	(438)
Consumo	(154)	(338)	(160)	(478)
Transportes	(41)	(88)	(99)	(245)
Seguros/Garantias	(1)	(9)	-	(3)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios	(53)	707	(2.879)	(9.649)
Comunicação e marketing	(73)	(214)	(176)	(427)
Indenizações à terceiros	(1)	(10)	-	-
Publicações legais	(25)	(153)	(19)	(141)
Depreciação / Amortização	(132)	(439)	(268)	(765)
Outros	(206)	(626)	(288)	(668)
Total	(2.624)	(7.290)	(5.885)	(18.316)
	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Custos:				
Com pessoal	(2.744)	(8.372)	(2.801)	(8.682)
Serviços de terceiros	(4.413)	(12.943)	(4.896)	(14.740)
Conservação	(4.359)	(11.295)	(4.315)	(10.717)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(330)	(908)	(186)	(673)
Consumo	(923)	(2.399)	(759)	(2.108)
Transportes	(403)	(1.251)	(512)	(1.540)
Verba de fiscalização	(880)	(2.641)	(843)	(2.531)
Seguros / Garantias	(461)	(1.267)	(352)	(1.336)
Provisão de manutenção em rodovias	(7.923)	(27.370)	(2.961)	(20.614)
Custos de serviços da construção	(18.980)	(46.866)	(17.412)	(55.636)
Depreciação / Amortização	(22.298)	(66.602)	(20.462)	(60.107)
Outros	(300)	(1.320)	(360)	(1.197)
Total	(64.014)	(183.234)	(55.859)	(179.881)

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

23. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Receitas financeiras:				
Aplicações financeiras	459	1.084	639	1.253
Outras receitas	6	116	(2)	279
Total	<u>465</u>	<u>1.200</u>	<u>637</u>	<u>1.532</u>
	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(9.129)	(31.153)	(11.141)	(32.279)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(899)	(2.505)	(553)	(1.573)
Outras despesas	(427)	(1.610)	(448)	(1.027)
Total	<u>(10.455)</u>	<u>(35.268)</u>	<u>(12.142)</u>	<u>(34.879)</u>

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	30.09.2019	30.09.2018
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	13.984	8.234
Juros capitalizados	1.779	3.092
	<u>30.09.2019</u>	<u>30.09.2018</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(36.948)	(44.884)

25. PREJUÍZO POR AÇÃO

O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	30.09.2019		30.09.2018	
	Trimestre	Período	Trimestre	Período
<u>Básico/Diluído</u>				
Prejuízo líquido do período	(15.786)	(55.132)	(11.831)	(45.216)
Número de ações durante período	1.650.563	1.650.563	1.539.097	1.477.047
Prejuízo por ação	<u>(0,0096)</u>	<u>(0,0334)</u>	<u>(0,0077)</u>	<u>(0,0306)</u>

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

26. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme o quadro a seguir:

	Nível	30.09.2019		31.12.2018	
		Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Ativo					
Equivalentes de caixa	Nível 2	19.118	-	5.378	-
Aplicação Financeira	Nível 2	1.526	-	1.708	-
Contas a receber clientes	Nível 2	-	8.127	-	6.508
Partes relacionadas ativas	Nível 2	-	3	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	13.431	-	13.380	-
Outros Créditos	Nível 2	-	404	-	168
		<u>34.075</u>	<u>8.534</u>	<u>20.466</u>	<u>6.676</u>
Passivo					
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	269.175	-	295.130
Empréstimos - Risco sacado	Nível 2	-	1.522	-	4.866
Empréstimos partes relacionadas	Nível 2	-	12.705	-	-
Partes relacionadas passivas	Nível 2	-	1.000	-	706
Debêntures	Nível 2	-	168.014	-	154.155
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	21.020	-	19.212
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	293	-	286
Outras contas a pagar	Nível 2	-	1.211	-	2.266
Arrendamento mercantil a pagar (IFRS16)	Nível 2	-	2.679	-	-
		<u>-</u>	<u>477.619</u>	<u>-</u>	<u>476.621</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Mensurados a valor justo por meio do resultado

Estima-se que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato.

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional - CMN.

27. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17 de dezembro de 2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	5,00%	6,25%	7,50%
Juros a incorrer - Empréstimos e Debêntures (*)	(769)	(929)	(1.089)
Receita de aplicações financeiras	1.556	1.945	2.334
Juros a incorrer CDI líquido (*)	<u>787</u>	<u>1.016</u>	<u>1.245</u>
TJLP	5,95%	7,44%	8,93%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(21.557)	(25.336)	(29.114)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	<u>(21.557)</u>	<u>(25.336)</u>	<u>(29.114)</u>
IPCA	3,78%	4,73%	5,67%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(22.200)	(24.150)	(26.099)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	<u>(22.200)</u>	<u>(24.150)</u>	<u>(26.099)</u>
Juros a incorrer líquido	<u>(42.970)</u>	<u>(48.470)</u>	<u>(53.968)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Notas Explicativas

Autopista Planalto Sul S.A.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

c) Risco de crédito

Em 30 de setembro de 2019 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$7.373 (R\$5.962 em 31 de dezembro de 2018) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectcar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A., Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços e Greenpass Tecnologia em Pagamentos S.A, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”.

A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Capital de giro	10,47%	1.521	-	-	-	-	1.521
Finame	8,70%	13.403	58.312	58.048	57.807	155.640	343.210
Partes relacionadas	1,00%	-	-	14.663	-	-	14.663
Debêntures - IPCA	9,87%	11.838	8.517	15.588	23.623	111.401	170.967
Fornecedores e cauções contratuais	-	21.020	-	-	-	-	21.020
Fornecedores partes relacionadas	-	1.000	-	-	-	-	1.000
Outras contas a pagar	-	1.211	-	-	-	-	1.211
		<u>49.993</u>	<u>66.829</u>	<u>88.299</u>	<u>81.430</u>	<u>267.041</u>	<u>553.592</u>

Notas Explicativas**Autopista Planalto Sul S.A.**

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	01.10 a 31.12.2019	01.01 a 31.03.2020	01.04 a 30.06.2020	01.07 a 30.09.2020	Total
Capital de giro	10,47%	1.521	-	-	-	1.521
Finame	8,70%	13.403	18.102	13.403	13.403	58.311
Partes relacionadas	1,00%	-	-	-	-	-
Debêntures - IPCA	9,87%	11.838	-	-	-	11.838
Fornecedores e cauções contratuais	-	21.020	-	-	-	21.020
Fornecedores partes relacionadas	-	1.000	-	-	-	1.000
Outras contas a pagar	-	1.211	-	-	-	1.211
		<u>49.993</u>	<u>18.102</u>	<u>13.403</u>	<u>13.403</u>	<u>94.901</u>

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas.

A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

29. GARANTIAS E SEGUROS

A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável.

Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 30 de setembro de 2019, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	68.680

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 30 de setembro de 2019 é de R\$87.186 e dezembro de 2018 de R\$61.328.

30. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 21 de outubro de 2019, a sociedade captou o montante de R\$11.500 referente a Debêntures Privadas com Arteris S.A.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da
Autopista Planalto Sul S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Autopista Planalto Sul S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Ênfase

Reapresentação do balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 e 31 de dezembro de 2018 e das demonstrações dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018

Em 20 de fevereiro de 2018 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, cujo balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2018 está sendo reapresentado. Em 27 de fevereiro de 2019 emitimos opinião de auditoria sem modificação sobre as demonstrações contábeis da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujo balanço patrimonial está sendo reapresentado. Adicionalmente, em 14 de novembro de 2018 emitimos conclusão sem modificação sobre as informações contábeis intermediárias da Sociedade para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2018, cujas demonstrações dos fluxos de caixa estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na nota explicativa nº 4 às informações contábeis intermediárias, essas demonstrações financeiras e informações contábeis intermediárias foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir a reclassificação de parte do saldo de caixa e equivalentes de caixa no balanço patrimonial por mudança de política contábil da Sociedade. Essa reapresentação está de acordo com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa conclusão não está modificada em virtude desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias anteriormente referidas incluem as demonstrações do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das Informações Trimestrais - ITR, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e os registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Campinas, 13 de novembro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao trimestre findo em 30 de setembro de 2019 e exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio Negro, 13 de novembro de 2019

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Autopista Planalto Sul S/A, declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.

Rio Negro, 13 de novembro de 2019

Diretoria

Sergio Moniz Barretto Garcia

Diretor Executivo de Operações

Antonio Cesar Ribas Sass

Diretor de Operações

Giane Luza Zimmer Freitas

Diretora de Assuntos Regulatórios

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Financeiro e de Relações com Investidores